

## **Política de Privacidade e de Proteção de Dados do Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Piracicaba/SP.**

O Tabelião de Protesto de Piracicaba “TPP”, inscrito no CNPJ n.º 04.710.495/0001-01, com sede na Rua Joaquim André, 794, Paulista, Piracicaba - SP, responsável pela plataforma digital, que tem como domínio virtual [www.protestopiracicaba.com.br](http://www.protestopiracicaba.com.br), prezando pela transparência e preocupado com a privacidade e proteção de dados dos Usuários que fazem uso da plataforma, apresenta a Política de Privacidade e Proteção de Dados vigente, se responsabilizando em sempre manter publicamente acessível, uma versão atualizada deste documento.

Esta Política de Privacidade tem o objetivo de informá-lo como faremos a publicidade, disponibilizando acerca dos tipos de dados pessoais e como eles são coletados, dos motivos da coleta, como são tratados, compartilhados e armazenados para a organização e realização da nossa atividade principal que é a lavratura e o registro do protesto, “*ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida*”, devidamente autorizado, conforme preconiza o Art. 1º da Lei Federal nº 9.492/97. Além dos demais atos e procedimentos necessários e/ou decorrentes do protesto, sendo certo que nossa atuação pressupõe provocação da pessoa interessada, assim disposto no Item 3, Capítulo XV, TOMO II, das Normas de Serviço da Corregedoria Gera de Justiça do Estado de São Paulo.

Inicialmente, esclarecemos que, damos publicidade aos dados coletados nos termos da Lei Federal nº 9.492/97 que regulamenta a atividade notarial do Tabelião de Protesto, bem como as normatizações administrativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (TOMO II, Cap. XV, NSCGJ/SP).

A Política de Privacidade, foi criada e atualizada, como parte do esforço do Tabelião de Protesto de Piracicaba, em adequar as suas práticas institucionais com a legislação referente à privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil, sendo certo que está alinhada em conformidade com a Lei Federal n.º 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), com a Lei Federal n.º 13.709 de 19 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), além de outras normas setoriais, bem como os Provimentos n.º(s) 23/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo e o n.º 134/2022 do Conselho Nacional de Justiça.

Buscamos redigir este documento de forma simples e acessível de modo que ele descreva, as principais definições, seus direitos, os tratamentos que realizamos e a sua finalidade.

Ao acessar nosso site ou utilizar nossos serviços, pedimos que você faça a leitura dessa Política para que você possa compreender as práticas relacionadas à proteção de dados pessoais adotadas pelo Tabelião de Protesto de Piracicaba (TPP).

**A presente Política está dividida da seguinte forma:**

1. Definições
2. Finalidade do tratamento de dados
3. Base Jurídica
4. Dados Coletados
5. Tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes ou dados sensíveis no contexto de suas atividades
6. Tratamento de Dados Pessoais
7. Hipóteses de Compartilhamento de Dados Pessoais
8. Direitos dos Usuários e/ou Titulares de Dados
9. Local e Tempo de Armazenamento dos Dados Pessoais
10. Medidas de Segurança para a Proteção dos Dados pessoais
11. Responsabilidade pelo usuário e senha
12. Encarregado (*Data Protection Officer - DPO*) do Tabelião de Protesto de Piracicaba
13. Atualizações e Disposições Finais
14. Histórico de versões

**1. Definições**

Com a finalidade de facilitar o entendimento e tornar a sua leitura mais acessível os termos utilizados, relacionamos algumas definições úteis para a interpretação e que servem de orientação quanto ao tema:

- **DADOS PESSOAIS:** toda informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, ou seja, qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa, tais como nomes, números de documento, endereços, idade etc.;
- **DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

- **DADOS ANONIMIZADOS:** dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento; O dado anonimizado não será considerado dado pessoal para os fins da LGPD, salvo quando o processo de anonimização ao qual foi submetido for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido;
- **TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:** é toda a operação realizada com o dado pessoal, tais como: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- **LGPD - Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (Lei Federal n.º 13.709/2018);**
- **AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:** órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD;
- **SEGURANÇA DOS DADOS:** medidas técnicas e administrativas aptas a proteger a segurança dos dados no seu processamento;
- **TITULAR:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- **USUÁRIO:** titular de dados pessoais que acessa a plataforma digital do (TPP);
- **CONTROLADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que tem competência para tomar decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;
- **OPERADOR:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **ENCARREGADO (DPO):** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- **TERCEIRO:** pessoa física ou jurídica, autoridade pública, agência ou organismo que não seja o titular dos dados, controlador, operador e pessoas que, sob a autoridade direta do controlador ou operador, estão autorizadas a tratar dados pessoais;

- **ELIMINAÇÃO:** exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- **CONSENTIMENTO:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- **CONTA:** é a forma através da qual o Usuário é representado ao acessar determinadas áreas restritas, funcionalidades exclusivas do site e serviços oferecidos pelo TPP;
- **LOGS:** registros de atividades dos Usuários efetuados no site, referente aos serviços prestados pelo TPP;
- **PLATAFORMA:** o site de titularidade do Cartório [www.protestopiracicaba.com.br](http://www.protestopiracicaba.com.br) ;
- **COOKIES:** pequenos arquivos ou pacotes de dados enviados pelo TPP ao dispositivo (computador, celular, tablet etc.) do usuário para identificá-lo e coletar informações que auxiliarão o TPP a aprimorar os serviços prestados. Esses arquivos são utilizados durante a consulta de determinado serviço online e fornecidos pelo navegador ou dispositivo. Alguns cookies são essenciais para a navegação básica.

## **2. Finalidades do Tratamento de Dados**

O Tabelião de Protesto de Piracicaba trata dados pessoais com a única e exclusiva finalidade de cumprir o que determina a Lei Federal nº 9.492/97, devidamente autorizado conforme as competências descritas no Item 5, Cap. XV, das NSCGJ/SP, para realizar a lavratura e o registro do protesto e os demais atos e procedimentos necessários e/ou decorrentes do protesto.

## **3. Base Jurídica**

O Tratamento dos dados pessoais é realizado com bases legais específicas e adequadas para cada uma das finalidades de tratamento.

O TPP trata dados pessoais com a principal finalidade de cumprir o que determina a Lei Federal nº 9.492/97. A base legal que nos permite coletar e tratar seus dados são:

- com base no consentimento do Usuário (art. 7, inciso I da LGPD);

- para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória, em especial as resoluções do BACEN referentes aos dados de transações bancárias (art. 7, inciso II da LGPD);
- quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados (art. 7, inciso V da LGPD);
- quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (art. 7, inciso IX da LGPD);
- para proteção do crédito (art. 7, inciso X da LGPD) e de acordo com as leis n.º(s) 9.492/97 e 13.775/2018 e com o Provimento 87/2019 do CNJ.

#### **4. Dados Coletados**

Os Dados serão coletados:

- quando inseridos pelos usuários, voluntariamente, na plataforma para utilizar os serviços oferecidos pelo TPP, tais como a criação de conta;
- quando os Dados forem submetidos de forma automatizada e sem a necessidade de qualquer ação por parte dos Usuários, tais como navegação, interação com conteúdo e aquisição de serviços por meio de Cookies;
- também, de parceiros que tenham obtido consentimento para compartilhá-los com o TPP;
- ou de empresas terceirizadas para localização de devedores ou credores, no caso de pesquisa para envio de comunicado de cancelamento autorizado.

Para o exercício de suas atividades e prestação de seus serviços, o Tabelião de Protesto, através dessa plataforma, poderá requisitar de seus usuários, as seguintes informações:

- Nome completo;
- Endereço completo;
- Data de nascimento;
- CPF/CNPJ;
- N.º da Carteira de identidade (RG/RNI);
- Nacionalidade;
- Estado Civil;
- Profissão;
- Telefone;
- Endereço de e-mail;
- Dados Bancários;

- Nome de usuário e senha;
- Dados do título ou documento de dívida protestado;
- O endereço IP do terminal ou do aplicativo que ele usa;
- Informações relacionadas à navegação do Usuário e suas interações com a plataforma. Será coletado informações fornecidas pelos Usuários ao preencher e enviar formulários eletrônicos e durante a navegação na plataforma;
- Dados de geolocalização que indicam o local, dispositivo e navegador utilizado;
- Cookies de gravação da sessão do usuário, os quais são mantidos apenas enquanto durar a sessão do login do usuário. Os cookies são associados aos dados de e-mail, nome do usuário e IP;
- Estatísticas relacionadas à navegação do Usuário através do Google Analytics e suas interações com a plataforma. Mais informações sobre as estatísticas do Google Analytics: (<https://policies.google.com/technologies/cookies?hl=pt-PT#how-google-uses-cookies> ).

Os Cookies são utilizados para gravação dos dados de sessão dos usuários, enquanto está logado em sua sessão, bem como Google para recolher informações e criar relatórios com base em estatísticas de utilização de sites sem identificar pessoalmente os visitantes individuais junto da Google.

O usuário pode não aceitar os Cookies para utilizar o site e serviços prestados pelo TPP, mas nestas situações não haverá garantia de seus corretos funcionamentos. Os Cookies podem ser aceitos, excluídos ou rejeitados por meio de ferramentas de gerenciamento do próprio navegador usado pelo usuário.

Outras tecnologias poderão ser utilizadas para a obtenção de dados de navegação do usuário, respeitando sempre os termos desta Política de Privacidade e as opções do usuário a respeito de sua coleta e armazenamento, sendo este informado previamente em caso de quaisquer alterações.

## **5. Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes ou Dados Sensíveis no Contexto de Suas Atividades**

O Tabelião de Protesto de Piracicaba, no exercício de atos próprios da função pública que lhe foi confiada, zela pela proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente, assim como respeita todos artigos da Lei Federal nº 13.709/18(LGPD), em determinados casos, podemos ter que coletar e tratar dados sensíveis ou dados de adolescentes, ressaltando que, ao apresentante do título ou documento de dívida encaminhado a protesto, será entregue recibo com as características essenciais dos mesmos, sendo de sua responsabilidade os dados fornecidos, inclusive quanto aos dados do devedor (§ único do art. 5º da Lei Federal nº 9.492/97).

O Tabelião de Protesto de Piracicaba reitera que, em todos esses casos, segue todas orientações e medidas necessárias para garantir todos os direitos dos Titulares.

## **6. Tratamento de Dados Pessoais**

Os dados coletados dos Usuários poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:

- Recebimento de solicitações e emissão de certidões;
- Autorizar o cancelamento de protesto, gerando o requerimento nas plataformas e enviando, posteriormente, a documentação necessária para a autorização;
- Consultar gratuitamente a existência de um protesto;
- Consultar gratuitamente a existência de Editais informando se há títulos em cartório;
- Gerar boletos bancários para pagamento de emolumentos de títulos ou documentos de dívidas protestados com o cancelamento autorizado;
- Enviar documentos digitalizados para cancelamento do protesto;
- Enviar comunicados informando a existência de protesto com autorização de cancelamento por qualquer mensagem telefônica ou eletrônica (SMS, WhatsApp, e-mail etc.), alertando sobre a necessidade de pagamento de emolumentos e despesas;
- Pesquisa de andamento de títulos ou documentos de dívida informando a posição atualizada (aberto para pagamento, retirado sem protesto etc.);
- Verificar a autenticidade de documentos digitais expedidos pelo TPP para prevenção de fraudes;
- Receber avaliação de atendimento do TPP;
- Atender adequadamente às solicitações e dúvidas, bem como prestar suporte aos usuários, ou seja, gerenciar e responder às solicitações feitas pelo usuário, de acordo com os direitos dos titulares dos dados elencados na LGPD;
- Aperfeiçoar o uso e a experiência interativa durante navegação no site, aplicativos e serviços prestados pelo TPP;
- Análises estatísticas de cancelamento de títulos;
- Cumprir ordem judicial ou requisição por autoridade administrativa, bem como atender obrigações de reportar preventivamente determinadas atividades para autoridades competentes;
- Manter o registro das transações bancárias e financeiras realizadas pelo site (boletos bancários, cartões de débito ou crédito etc.);

- Gerenciar riscos e detectar, prevenir e/ou remediar fraudes ou outras atividades potencialmente ilegais ou proibidas, além de violações de políticas ou termos de uso aplicáveis.

Sempre com o prévio e expresso consentimento do respectivo titular, os dados pessoais serão tratados pelo Cartório para:

- Cadastro na Plataforma;
- Identificação e/ou autenticação pessoal, para o acesso aos serviços online;
- Eventual recuperação de login e senha de Usuário;
- Salvar histórico de pesquisas.

Internamente, os dados somente serão acessados por profissionais devidamente autorizados pelo TPP, respeitando os princípios da finalidade, adequação, necessidade entre outros previstos na LGPD, além do compromisso de confidencialidade e preservação da privacidade nos termos desta Política.

## **7. Hipóteses de Compartilhamento de Dados Pessoais**

Os dados pessoais coletados pelo Cartório por meio dessa Plataforma poderão ser compartilhados nas seguintes hipóteses:

- Internamente, ao pessoal autorizado dos serviços;
- Bancos para emissão de boleto para pagamento, quando cabível;
- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, Procuradoria Geral Federal e Procuradoria Geral do Município de Piracicaba, para obtenção de guias de recolhimento para repasse de valores dos títulos pagos no Cartório;
- SERPRO, Receita Federal e JUCESP para fins de consulta e análise;
- Escritórios de advocacia para atuação em eventual processo judicial;
- Às autoridades administrativas e judiciais autorizadas por lei;
- Entidades representativas da indústria e comércio ou aquelas vinculadas à proteção de crédito (art. 29 da Lei Federal nº 9.492/97); e
- Aos nossos subcontratados como por exemplo empresas de hospedagem de dados e empresas de análise de dados para prevenção à fraude e proteção ao crédito, constando expressamente nos contratos de prestação de serviços a observância às regras dessa política e da legislação vigente em relação à proteção de dados pessoais, em especial da LGPD.

Ainda, segundo o artigo 23 parágrafo 4º da Lei Federal 13.709/18, os serviços notariais e de registros, ou seja, os cartórios, foram equiparadas às pessoas jurídicas

de direito público, portanto, devem compartilhar seus dados com a administração pública como determinado no parágrafo 5º do mesmo artigo da referida lei.

O artigo 25, determina que, devem manter seus dados em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado com vistas à execução de políticas públicas.

Já o artigo 26, impõe que o uso compartilhado de dados pessoais deve atender às finalidades específicas de execução de políticas públicas pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitando os princípios de proteção de dados pessoais descritos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709/18, e o parágrafo 1º veta a transferência para entidades privadas, mas, com as seguintes exceções: nos casos em que forem acessíveis publicamente (item III), quando houver previsão legal ou transferência respaldada em contratos ou convênios (item IV) e na hipótese exclusivamente a prevenção de fraudes e irregularidades (item V).

Compartilhamos, eletronicamente, dados pessoais com a Central Nacional de Serviços Eletrônicos Compartilhados, com fundamento no art. 41-A da Lei Federal nº 9.492/97, sempre visando atender às finalidades específicas da atividade notarial.

Portanto, quando seus dados pessoais forem compartilhados com qualquer das organizações indicadas acima, o compartilhamento será limitado apenas aos dados pessoais necessários para o exercício de suas funções e será empenhado os melhores esforços para garantir contratualmente que os referidos dados pessoais sejam utilizados somente na extensão necessária para a prestação dos serviços ou para a observância dos requisitos legais.

Da mesma forma, será exigido que os terceiros com os quais o Tabelião de Protesto de Piracicaba compartilha dados pessoais se comprometam ao mesmo nível de proteção e privacidade para com os seus dados pessoais que o Tabelião de Protesto de Piracicaba teria, se os tivesse tratando diretamente; isso inclui a obrigação de não usar seus dados pessoais para qualquer outra finalidade que não a finalidade contratada, além de obrigações de confidencialidade e padrões de segurança da informação, entre outros requisitos legais aplicáveis a contratações desta natureza.

Por fim, esclarecemos que, nenhum dado será transferido para terceiros não autorizados, sem o devido fundamento legal e/ou consentimento prévio do respectivo titular.

## **8. Direitos dos Usuários e/ou Titulares de Dados**

O Tabelião de Protesto de Piracicaba assegura aos titulares de dados pessoais todos os direitos previstos na Lei Federal nº 13.709/18(LGPD), são eles:

- **Confirmação da existência do tratamento de seus dados pessoais:** permite que você possa requisitar e receber uma confirmação sobre o tratamento de seus dados pessoais realizado.
- **Acesso aos dados pessoais tratados:** permite que você possa requisitar e receber uma cópia dos dados pessoais tratados. O Tabelião de Protesto de Piracicaba permite que apenas o(a) próprio(a) Titular, por meio da devida solicitação, tenha acesso a todos os seus dados coletados pelo cartório.
- **Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados:** para exercer esse direito é necessário observar o procedimento, extrajudicial ou judicial, previsto na legislação ou em norma específica.
- **Anonimização, bloqueio ou eliminação:** para exercer esse direito, o titular deverá observar o procedimento, extrajudicial ou judicial, previsto na legislação ou em norma específica.
- **Portabilidade dos dados pessoais:** Os responsáveis pelas delegações dos serviços extrajudiciais de notas e de registro não se equiparam a fornecedores de serviços ou produtos para efeito de portabilidade de dados pessoais, mediante solicitação por seus titulares, prevista no inciso V do art. 18 da Lei Federal nº 13.709/18.

O Tabelião de Protesto de Piracicaba (TPP) se compromete a responder todas as requisições em um prazo razoável e menor possível, dentro do prazo previsto na legislação de proteção de dados.

Para o cumprimento de suas obrigações legais, sempre que você apresentar uma requisição para exercer quaisquer dos direitos mencionados acima, o (TPP) tem por obrigação, solicitar, informações e/ou documentos complementares para que possa comprovar a sua identidade, buscando impedir fraudes.

É importante ressaltar que, em alguns casos, as solicitações não poderão ser atendidas, no todo ou em parte. Nesse caso, o (TPP) informará ao Usuário, das razões pelas quais não poderá atender à solicitação, por exemplo, quando os Dados Pessoais são necessários para cumprimento de obrigação legal, entre outros.

Além disso, a depender da situação, o (TPP) poderá negar, por meio de nota fundamentada, as solicitações de certidões e informações formuladas em bloco,

relativas a registros e atos notariais relacionado ao mesmo titular de dados pessoais ou a titulares distintos, quando as circunstâncias da solicitação indicarem a finalidade de tratamento de dados pessoais, pelo solicitante ou outrem, de forma contrária aos objetivos, fundamentos e princípios da Lei Federal nº. 13.709/18.

Você pode tirar dúvidas relacionadas ou exercer esses direitos a qualquer tempo, entrando em contato por e-mail com o nosso Encarregado: [encarregado@protestopiracicaba.com.br](mailto:encarregado@protestopiracicaba.com.br).

## **9. Local e Tempo de Armazenamento dos Dados Pessoais**

Os seus Dados Pessoais são armazenados em nosso sistema ou em sistema de terceiro regularmente contratado pelo Tabelião de Protesto para fins legais, conforme esclarecido neste documento.

A inutilização e eliminação de documentos será realizada em conformidade com a Tabela de Temporalidade de Documentos prevista no Provimento n.º 50/2015 do CNJ, e será promovida de forma a impedir a identificação dos dados pessoais neles contidos.

A inutilização e eliminação de documentos não afasta os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709/18 e na Lei Federal n.º 9.492/97 em relação aos dados pessoais que remanescerem em índices, classificadores, indicadores, banco de dados, arquivos de segurança ou qualquer outro modo de conservação adotado na unidade dos serviços extrajudiciais de notas e de registro.

## **10. Medidas de Segurança para a proteção dos dados pessoais**

Nossa responsabilidade é cuidar dos seus Dados Pessoais e utilizá-los somente para as finalidades descritas nesta Política. E para garantir a sua privacidade e a proteção dos seus Dados Pessoais, adotamos as práticas de segurança adequadas para o nosso mercado, com o uso de técnicas de criptografia e outros sistemas de segurança da informação, de acordo com nossa Política Interna de Segurança da Informação.

O Tabelião de Protesto de Piracicaba cumpre integralmente o disposto no Provimento n.º 74/2018 do CNJ que estabeleceu padrões mínimos de Tecnologia da Informação para as serventias extrajudiciais.

## **11. Responsabilidade pelo Usuário e Senha**

O acesso ao site com login é exclusivo do usuário e a senha é individual e intransferível. O titular deve se responsabilizar pelo uso de seu login de usuário e sua senha, não os repassando a nenhum terceiro, em hipótese alguma.

Recomendamos que sempre que o usuário cadastrado receba um e-mail em nosso nome e suspeite de fraude, não abra os arquivos anexos e nem clique em qualquer link ou botão. Solicitamos que faça o envio de uma mensagem para [contato@protestopiracicaba.com.br](mailto:contato@protestopiracicaba.com.br) para que possamos tomar as medidas cabíveis no combate ao crime eletrônico, se for o caso.

## **12. Encarregado (Data Protection Officer - DPO) do Tabelião de Protesto de Piracicaba**

O Tabelião de Protesto de Piracicaba nomeou um encarregado responsável e que está disponível para atendimento dos titulares de dados:

- **Encarregado (DPO):** CARLOS EDUARDO PIERIM;
- **Canal de atendimento:** [encarregado@protestopiracicaba.com.br](mailto:encarregado@protestopiracicaba.com.br)

Se você acredita que seus dados pessoais foram usados de maneira incompatível com essa Política ou com as suas escolhas, ou, ainda, se tiver outras dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas a essa Política de Privacidade, você pode entrar em contato com o nosso encarregado.

## **13. Atualizações e Disposições Finais**

Como o Tabelião de Protesto de Piracicaba está sempre buscando aperfeiçoar as suas atividades, essa Política de Privacidade pode passar por atualizações. Desta forma, recomendamos que o usuário visite periodicamente esta página para ter conhecimento sobre as modificações.

Ressaltamos que alterações também poderão ocorrer especialmente quando houver publicação de recomendações pela ANPD, uma vez que ela poderá emitir novas diretrizes e orientações sobre os temas e procedimentos descritos neste documento.

## **14. Histórico de versões**

Política de Privacidade, 2ª versão vigente a partir de 25/07/2023